

PORTUGUESES NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES DISTINTAS

Lúcia Maria Bastos P. Neves (UERJ)
Tania Maria Tavares Bessone da C. Ferreira (UERJ)

Ao longo do século XIX, inúmeros portugueses vieram para o Brasil em busca de riquezas ou de um novo lar. Motivados por problemas econômicos ou políticos, esses homens contribuíram para forjar imagens e representações distintas entre o mundo metropolitano e a colônia que acabou por se transformar em metrópole. Desse jogo de opiniões e interesses distintos, que os acontecimentos ora atenuavam, ora aguçavam, forjaram-se conjunturas diversas que marcaram a vida dos portugueses no Brasil. De início, transformaram-se no *outro*, convertendo-se no *inimigo*, a quem cabia combater para se afirmar a independência do Império do Brasil. Depois, foram identificados ao atraso e ao passado colonial dando origem a um antilusitanismo particular, mesclado de desprezo e de galhofa, que persistira por todo o Império. Da mesma forma, para esses homens de além-mar, o Brasil era “um país de selvagens, de feras e de animais”, que se civilizou e domesticou pelos cuidados dos europeus lusitanos que aqui se estabeleceram. A proposta desse trabalho é analisar tais imagens, eivadas de opiniões, preconceitos e estereótipos, e às vezes admiração que permearam o imaginário social dos dois povos irmãos, através de trajetórias emblemáticas de portugueses, como Diogo Soares de Bivar e Francisco Ramos Paz.

Durante todo o século XIX os conflitos entre brasileiros e portugueses adquiriram nuances que atingiram não só as camadas mais pobres da população, como também intelectuais que expressaram na imprensa e em diversas publicações suas críticas mútuas, polemizando sobre o assunto. A época da Independência constituiu-se, portanto, como um primeiro período privilegiado para se apreender as imagens e representações, próprias a cada uma das respectivas elites políticas e intelectuais, indicando os valores distintos que uma cultura política comum tinha a capacidade de assimilar. Com o movimento vintista, de um lado, as elites da Metrópole procuraram recuperar a proeminência do reino europeu no interior do império luso-brasileiro, perdida em 1807. De fato, desde a partida da família real adquiridos desde o estabelecimento da sede da monarquia no Rio de Janeiro. Desse modo, a Independência, mais do que um desentendimento entre colonizador e colonizado, era uma luta pela hegemonia no seio do império.

Objetivos e anseios distintos levaram, assim, a elaboração de imagens entre colônia e metrópole, que perduraram ao longo de todo o século XIX e que podem ser encontradas, inicialmente, na polêmica estabelecida entre os principais jornais e folhetos da época, tanto aqueles publicados no Brasil, quanto em Portugal. Do lado de lá, os portugueses procuravam ressaltar a ingratidão do Brasil em relação à Pátria-Mãe, que lhe concedera tantos benefícios sob a forma do

constitucionalismo, ao buscar nesse momento quebrar a integridade do império através de sua separação. Do lado de cá, os para o Rio de Janeiro, tinham-se invertido os papéis entre o Brasil e Portugal. Consolidada pela elevação do primeiro a Reino Unido, em 1815, a essa situação era atribuído o estado lastimável em que se encontravam a economia e as finanças portuguesas, duramente atingidas com a volumosa e contínua transferência de créditos públicos e particulares para a Corte do Rio de Janeiro, com os pesados encargos militares e a drástica redução do comércio luso-brasileiro. Além disso, a virtual tutela inglesa sobre Portugal e a ausência do soberano abalavam a auto-estima dos portugueses. Do lado de cá, os brasileiros viam nos escritos impressos em Lisboa um meio para “inflamar os espíritos e promover a desunião do Brasil”, devido aos insultos que traziam.¹ Era uma guerra “mais de pena, que de língua ou de espada”², apontando uma série de questões que envolveram as representações imaginadas entre Portugal e Brasil.

Tais escritos exaltavam a superioridade portuguesa por meio de uma comparação física, reduzindo o Brasil a “um gigante, em verdade, mas sem braços, nem pernas; não falando do seu clima ardente e pouco sadio”, e a umas poucas “hordas de negrinhos, pescados nas costas da África”. Na ausência, porém, de uma tradição cultural própria, distinta da herança lusa, que emprestasse consistência a essa percepção, a única forma de definir o brasileiro era pelo que o termo excluía. E, naquela conjuntura que se seguiu à Independência, dominada pelas atitudes contraditórias de Pedro I – em particular após a morte de seu pai, em 1826, quando se deixou envolver cada vez mais pelas questões da antiga metrópole – nenhuma idéia se oferecia com maior facilidade para exercer este papel do que a de *ser português*. Neste momento, o português transformou-se justamente no *outro*, isto é, no estrangeiro com o qual havia a possibilidade de conflito, convertendo-se, por conseguinte, no *inimigo*.³

Tais imagens construídas entre portugueses e brasileiros para pensar sua identidade e alteridade, revelavam, no entanto alguns aspectos dos costumes, das atividades de seus habitantes, filtrados pelas categorias intelectuais de cada observador, em que cada um, ao exagerar a deformação do outro, representava também a si próprio.⁴ Muitas dessas percepções, contudo, desfaziam-se na vida cotidiana de inúmeros portugueses que para aqui vieram adotando o Brasil como sua pátria. Um exemplo pode ser identificado em Diogo Soares da Silva e Bivar, português, formado em leis por Coimbra, que chegou à Bahia, no ano de 1810. Na época das invasões francesas em Portugal, foi acusado de “partidarista” dos franceses, por ter hospedado Junot, em sua casa em Abrantes, de quem recebera o cargo de juiz-de-fora. Preso, foi açoitado pelas ruas públicas, privado de todos seus bens e honras e degredado por toda a vida para Rio de Sena, em Moçambique.⁵ Ao chegar a Bahia, junto com outro preso português, o médico Manoel Henriques de Paiva, obteve a concessão do governo daquela capitania de permanecer preso no Forte

de São João, em Salvador. Sua liberdade somente seria alcançada por decreto de D. João VI de março de 1821, no bojo do movimento constitucionalista.

Homem culto e habilidoso, Bivar, mesmo no cárcere, escreveu inúmeras matérias “cheios de erudição”, na visão do Conde dos Arcos, sendo considerado pelos historiadores da imprensa como redator de dois periódicos baianos – *Idade d’Ouro do Brasil*, segunda gazeta publicada em terras brasileiras, e ou *Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812).⁶ O primeiro periódico adotou uma postura favorável aos constitucionalistas das Cortes de Lisboa, opondo-se ao separatismo brasileiro. No entanto, Bivar acabou por aderir à causa da independência, tornando-se cidadão brasileiro, por ter jurado à Constituição de 1824, segundo as regras da época. No momento da independência, transferiu-se para o Rio de Janeiro, exercendo, a princípio, sua profissão de advogado, conforme aponta o *Almanaque do Rio de Janeiro de 1824*. Exerceu ainda a atividade de negociante, matriculado em Lisboa e no Rio de Janeiro.

Desde o primeiro Reinado, Diogo Bivar ocupou posições e cargos em diversas comissões, sendo, por exemplo, o comissário, por parte do Brasil, para a liquidação das reclamações dos Estados Unidos na questão das presas marítimas da guerra contra as províncias do Prata. Foi lente de Direito mercantil, no Instituto Comercial da Corte. Por seus serviços prestados, recebeu as honras das ordens de Cristo e da Rosa, alcançando ainda o título de Conselho.

Sem dúvida, entretanto, foi no âmbito das atividades culturais que Diogo Bivar mais se destacou. Foi membro honorário do Instituto da Ordem dos Advogados e membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a casa de memória nacional, onde exerceu a função de orador. Ainda participou da Sociedade Auxiliadora da Indústria, pertencendo à respectiva Comissão de Redação e Revisão de Memórias. Outro empreendimento desse português tornado brasileiro foi a fundação, com a participação das autoridades imperiais do Conservatório Dramático Brasileiro, que dirigiu gratuitamente, desde 1845, como presidente perpétuo e honorário. A esta instituição cabia a censura moral e intelectual sobre todas as peças a serem encenadas no país.

De seus descendentes, cabe destacar sua filha – Violante Atalipa de Bivar e Velasco, considerada a primeira mulher jornalista no Brasil, ao se tornar a diretora do *Jornal das Senhoras*, que circulou na Corte do Rio de Janeiro, semanalmente, entre 1852 e 1855. Bivar faleceu, em 1865, aos 80 anos de idade, morrendo pobre, segundo seu filho, mas devotado e sentindo-se brasileiro, não por nascimento, mas sim por estar aqui estabelecido e ter adotado o Brasil enquanto sua “pátria de cidadão”.⁷

Já, na segunda metade do século XIX, o preconceito e a reação contra os imigrantes portugueses tinha adquirido outros vieses no Brasil. A cidade do Rio de Janeiro que recebia um grande contingente estava acostumada a vê-los exercendo atividades no comércio de secos e molhados, limitados a poucas opções na nova vida, já que muitos aqui aportavam analfabetos, mas

na expectativa de apoio de familiares ou amigos que já estavam estabelecidos. Outros suportavam muitas privações iniciais para mudar o padrão de vida, além da reação das camadas populares que viam nestes imigrantes concorrentes para os empregos e comerciantes exploradores. Neste contexto é importante destacar a crescente onda de imigração portuguesa para o Brasil. A partir de 1850 houve o início de um ciclo ascendente de imigrantes que flutuou de 10 000 a 45 000 saídas anuais de Portugal. Vinham sobretudo para regiões urbanas como Rio de Janeiro e Recife. Anteriores animosidades se acentuaram em virtude da manutenção do controle exercido por famílias portuguesas do comércio varejista. Em contrapartida, em Portugal, havia no seio da elite política e de intelectuais, enormes preocupações em virtude desta migração constante e significativa, não só para o Brasil, mas também para a América. Nas representações na imprensa, tanto portuguesa, quanto brasileira, em textos e caricaturas, ficavam bastante claros os antagonismos e os preconceitos.⁸

Mas havia uns poucos que rapidamente superavam estas privações iniciais e se tornavam senhores enriquecidos, muito próximos de intelectuais e políticos, mesmo com as restrições de alguns setores sociais que eram refratários a esse tipo de "intruso". Mas para algumas exceções uma ascensão social era possível. Geralmente, o imigrante apreciado era o livreiro ou editor, como Garnier, ou então Francisco Alves. O exemplo que se quer destacar aqui é o de Francisco Ramos Paz, que chegou ao Rio de Janeiro com cerca de 15 anos, em um brigue, para se tornar caixeiro, e se transformou em um bibliófilo de grande destaque e muita importância para colecionadores e bibliotecas brasileiras.

Nasceu em Portugal, em Affife, Viana do Castelo, a 26 de janeiro de 1838. Seus pais eram João Ramos Paz e Tereza de Azevedo, que abonaram-lhe o passaporte quando de sua vinda para o Brasil. Sempre comentava para a roda de amigos literatos e jornalistas sua viagem para o Brasil depois da partida no Porto, no brigue "Mentor", no ano de 1850, e dizia não tê-lo feito por penúria de emigrante. A insistência dessa informação, que aparece de forma recorrente em textos que a ele se referem, como alguns de autoria de Capistrano de Abreu, pode dar uma pista interessante a respeito de sua personalidade e de suas ambições pessoais, nas múltiplas tentativas que fazia de construir sua própria história, retirando de si mesmo o estigma de imigrante.

Francisco Ramos Paz a partir da sua trajetória passou a ser identificado como um homem que fugia aos cânones que caracterizavam a maioria dos imigrantes. Superou as limitações impostas pelas dificuldades originais, recebeu ajuda de parentes já instalados e tornou-se uma referência, com papel fundamental para o enriquecimento de vários acervos bibliográficos, e no entrelaçar dos gostos por livros raros no Rio de Janeiro, em meados do século XIX e início do XX.

A atuação intelectual de Francisco Ramos Paz foi de rara importância para a formação de coleções sobre história do Brasil, mesmo se considerarmos as bibliotecas públicas do Rio de

Janeiro. Seu desempenho, como responsável pela circulação e aquisição de importantes obras, reforçaram o papel de elemento aglutinador dentro do círculo de leitores cariocas, na passagem do século. Uma atividade incessante que ficou registrada sobretudo por amigos, pessoas que reconheceram nele um aliado valioso para incrementar os acervos de bibliotecas particulares e públicas, incentivador quanto a preservação de livros por amigos e uns poucos mecenas que, de alguma forma, tornaram-se importantes para o desdobramento da sua bibliofilia. Portanto, ele representava uma espécie de metáfora das transformações nas características da vida cultural da cidade.

No período em que começou a reunir seu acervo, Paz encontrou grande facilidade na tarefa, devido à falta de interesse objetivo que havia em torno de impressos, manuscritos e livros raros no Brasil. Neta época o conceito de livros raros ainda não estava definido, e seu valor de mercado não era considerado de forma profissional aqui, fato que pode ter facilitado ou diluído os investimentos de Paz no setor. Na Europa, no entanto, a febre pelos incunábulos vinha como uma tendência, e já havia várias publicações sobre livros raros, censurados ou proscritos.

Em 1863, sua biblioteca já era bem significativa, a ponto de sua correspondência particular revelar uma proposta de compra para que esta se integrasse a uma associação.⁹ Outras cartas eram bastante eloqüentes quanto à real e incansável atividade do bibliófilo em relação a seus amigos ou outras pessoas por eles recomendadas, que o procuravam tentando resolver dificuldades encontradas na localização de livros.¹⁰ Mas a interferência não se limitava a este tipo de problema. Era convocado para arranjar empregos, colocações, intermediar nomeações, administrar bibliotecas e, de forma mais amena, participar de audições musicais no Cassino Fluminense. Sua intervenção nas situações mais diversas do meio cultural da cidade era muito apreciada, sendo convidado para jantares, viagens, colaboração para impressão de novas obras e sua distribuição, além da localização de outras, sendo esta a mais corriqueira pelo que se pode depreender do exame de sua correspondência. Francisco Ramos Paz destacava-se como colecionador e como intermediário entre outros colecionadores e bibliófilos.¹¹

Contavam-se várias histórias de suas “caçadas bibliográficas” e seus amigos apreciavam muito o esforço que despendia, quando instigado a localizar alguma obra rara especialmente difícil. Criticava alguns modismos, mas gostava de freqüentar, com os amigos, bares e cafés, e tinha uma atitude saudosista em relação ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Apesar da experiência em jornais, não lhe aprazia escrever, mesmo tendo “cometido”, junto com outros, a tradução do livro de Charles Ribeyrolles. Nem mesmo deixou registradas as narrativas de viagens que tanto gostava de comentar nas conversas. Sua bibliofilia já bastava para destacá-lo entre os demais.

Paz criou os mais sólidos laços de amizade com pessoas que apreciavam livros. Passou cerca de cinquenta anos de sua vida armazenado-os; era natural que apreciasse falar deles com os outros. Aliás, conversar parece ter sido uma das suas grandes habilidades, contando viagens e tentativas de obter raridades, o que levava seus amigos a cobrarem dele que escrevesse um livro, assunto do qual habilmente se esquivava. Apesar de ter escrito artigos e opúsculos, alguns sob pseudônimo, não se interessava pela atividade.

Ele caracterizou-se como um exemplo raro entre a intelectualidade carioca para um português imigrado. Paz era ligado a diversas pessoas que se integravam um grupo seleto de leitores. Sua bibliofilia aproximou-o de intelectuais e políticos e permitiram que exercesse um papel aglutinador importante nas atividades de colecionadores de livros. A sua biblioteca, particularmente, era tão conhecida e apreciada que o tornou figura de destaque para consultas e empréstimos. Toda esta gama de interesses aproximou-o de Capistrano de Abreu e outros historiadores de destaque na época. A correspondência de Capistrano referia-se constantemente a ele, inclusive nas cartas que trocava com João Lúcio de Azevedo. Mesmo após sua morte em 1919 manteve-se esta amizade perdurou tornando possível a salvação do acervo reunido em vida por Paz, defendendo a integridade de sua biblioteca particular, tão importante que julgava não poder ficar dispersa.¹²

Exemplo raro de um imigrante que tendo chegado praticamente analfabeto ao Brasil construiu grande respeitabilidade social e intelectual foi escolhido como exemplo e contraponto às vicissitudes das relações difíceis entre portugueses e brasileiros nas décadas finais do século XIX.¹³

¹ *Correio Braziliense*. Londres, v. 28, junho 1822, p. 729.

² Carta do Sacristão de Tambi ao estudante Constitucional do Rio. *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro, nº 9, 8 de janeiro de 1822.

³ Cf. C. Schmitt. *O conceito do político*. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 51-53. Cf. ainda Lúcia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria T. Bessone da C. Ferreira. Brésil, Portugal et France: Représentations imaginées (1808-1864). In: Comissão de História de Relações Internacionais (org.). *Commemorative Volume. Papers for the 19th International Congress of Historical Sciences. The Formation of the Images of the Peoples and the History of International Relations from the 18th Century to the Present Day*. Publicação Digital. Oslo, 2000, p. 606-619.

⁴ Cf. Robert Frank. History of International Relations and Images. In: Comissão de História de Relações Internacionais (org.). *Commemorative Volume. ...*, p. 574-577.

⁵ Biblioteca Nacional-Divisão de Manuscritos (doravante BNDMss). Col. Documentos Biográficos. C971,55.

⁶ Renato B. de Castro (*A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações*. Salvador, Sec. de Educação e Cultura, 1968. p. 61-63) e Maria Beatriz Nizza da Silva (*A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo/Brasília, Cultrix, INL, 1978, p. 24-25) não aceitam Bivar como redator da Gazeta.

⁷ Para os dados sobre Diogo Soares da Silva e Bivar, cf. Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1859. T. 2, p. 175-176; Helio Vianna. *Contribuição à história da Imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 18-31; Renato Berbet de Castro. *A primeira Imprensa ...* p. 79-85. Para a expressão em grifo, ver Frei Caneca. *Dissertação sobre o que se deve entender por Pátria do cidadão, e deveres deste para com a mesma Pátria*. In: *Obras políticas e literárias*. Recife, Tip. Mercantil, 1875. p. 181-221.

⁸ Ver Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. In: Estevão de Rezende Martins.(org) *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasil e Portugal: percepções e imagens ao longo do século XIX., Brasília: IBRI, 2003 pp. 107-132.

⁹ BNDMss. Col. Francisco Ramos Paz. Carta de Francisco Gomes do Amorim a Francisco Ramos Paz. Lisboa. 12 março 1863

-
- ¹⁰ BN-DMss. Col. Francisco Ramos Paz. Carta de João Araújo de Moraes para ... Lisboa. 10 dez 1910. Também carta de Henrique Campos Ferreira Lima para ... Lisboa. 9 jan 1915
- ¹¹ BN-DMs. Col. Francisco Ramos Paz. Convite de Francisco Pereira Passos para ... Rio de Janeiro. 12 jan 1894. Referia-se a um jantar em sua casa à Rua das Laranjeiras. Carta de Olavo Bilac a ... pedindo a divulgação do poemeto Sagres entre os seus amigos ao preço de Rs. 2\$00, para ajudar nas despesas de impressão. Rio de Janeiro. 23 mai 1898
- ¹² José Honório Rodrigues (org.) *Correspondência de Capistrano de Abreu*. (v. 2.). Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL 1977. p. 9-385.
- ¹³ Cf. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira: Livros, Leituras e missivas no Rio de Janeiro. *Cultura. Revista de História e Teoria das Idéias*. Livros e cultura escrita. Brasil, Portugal, Espanha, vol. XIV/2002. II série, Centro de História da Cultura. Lisboa, p. 85-104.